

# *Maílson pede a bancos do Japão ajuda para dívida*

BRASÍLIA — Em discurso para a comunidade financeira japonesa, em Tóquio, o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, solicitou ontem a cooperação dos bancos do Japão para a conclusão do acordo de reestruturação da dívida externa brasileira. Antes, fez um balanço das negociações desenvolvidas até agora com os bancos credores privados e com o FMI e também das medidas tomadas pelo governo brasileiro para conter o déficit público, liberalizar o comércio exterior e modernizar a economia brasileira. Ao final de seu pronunciamento, lembrou que o Japão é o primeiro país que ele visita depois de concludido o acordo preliminar com o comitê assessor dos bancos. Maílson foi recebido pelo Ministro do Exterior do Japão, Suzuke Uno.

O ministro destacou que este acordo "representa uma razoável solução para as duas partes", na medida em que permite ao Brasil reduzir o serviço da dívida e assegurar aos bancos várias opções e incentivos para participar do reescalonamento da dívida. O governo brasileiro terá US\$ 5,2 bilhões (dinheiro novo) para financiar suas necessidades do balanço de pagamentos, reestruturará sua dívida a médio prazo por um período de 20 anos e reduzirá o pagamento dos juros, afirmou o ministro. Maílson espera que a proposta de *stand by*, submetida ao FMI, seja aprovada até o final deste mês ou no início de agosto.

**Clube de Paris** — O montante de US\$ 1 bilhão liberado pelo Banco Mundial, nas últimas semanas, e o conjunto de projetos a serem aprovados pela instituição neste segundo semestre foram destacados pelo ministro como prova de apoio às medidas tomadas pelo governo brasileiro. O objetivo imediato, agora, é a abertura das negociações com o Clube de Paris, para o que Maílson já havia pedido a ajuda japonesa.

Com isso, ele espera reabrir as agências de crédito para exportação, ampliando as fontes de financiamento. Concluída esta próxima fase, o Brasil buscará os financiamentos voluntários internacionais, "principalmente através da emissão de bônus", disse.

Lembrando as medidas de ajuste interno da economia brasileira, Maílson afirmou que o que já foi feito neste sentido e os resultados positivos colhidos "encorajarão a mobilização de novos recursos para o Brasil". O ministro destacou o estabelecimento de limites para o endividamento dos estados, municípios e empresas estatais, a redução dos incentivos fiscais e dos subsídios, a revisão do orçamento geral da União para 1988, o congelamento dos salários dos funcionários públicos por dois meses, a criação do Conselho Nacional de Privatização, a revisão orçamentária que permitiu um corte adicional de 0,9% do PIB nas despesas correntes e de capital deste ano e a reformulação da política orçamentária.